

OS LIBERTÁRIOS E A EDUCAÇÃO

LIBERTARIANS AND EDUCATION

LIBERTARIOS Y EDUCACIÓN

Maristela Gomes¹

RESUMO : Este artigo tem como base a dissertação de mestrado, defendida no Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade Estadual da Bahia – UNEB, cuja pesquisa realizada foi sobre o movimento dos trabalhadores pelo acesso à educação, principalmente, na primeira República e procura contribuir com os estudos referentes à educação anarquista, sem a pretensão de esgotar as reflexões e o debate. Como procedimento metodológico adotou-se a pesquisa documental em fontes primárias e levantamento bibliográfico sobre a temática. O resultado do estudo demonstra que as diferentes correntes ideológicas da época, que disputavam a hegemonia nas organizações políticas dos trabalhadores, estavam tão empenhadas em diversas iniciativas na luta pela educação formal para as categorias representadas por elas, que a educação libertária propôs um modelo próprio, visando a transformação da sociedade capitalista.

Palavras-Chaves: Primeira República. Movimentos dos Trabalhadores. Educação. Libertários. Educação Anarquista

ABSTRACT: This article is based on the master's thesis defended in the Postgraduate Program in Education and Contemporaneity of the State University of Bahia - UNEB, whose research was about the workers' movement the access to education, mainly in the first Republic. Furthermore, it tries to contribute to the studies referring to anarchist education without the pretension of exhausting the reflections and the debate. The methodological procedure adopted was desk research in primary sources and a bibliographical survey on the theme. The result of the study shows that the different ideological currents of that time, which disputed the hegemony in the political organizations of the workers, were engaged in such a way in several initiatives in the fight for formal education for the categories represented by them, that libertarian education proposed its own model, aiming at the transformation of the capitalist society.

Keywords: First Republic. Workers' Movement. Education. Libertarians. Anarchist Education.

¹ Mestra em Educação e Contemporaneidade pela Universidade Estadual da Bahia – UNEB. Assistente Social pela Universidade Católica de Salvador - UCSAL. Especialista em Relações de Gênero e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. E-mail: maristelagomes.oliveira@gmail.com

RESUMEN : Este artículo se basa en la tesis de maestría, defendida en el Programa de Posgrado en Educación y Contemporaneidad de la Universidad del Estado de Bahía - UNEB, cuya investigación se realizó sobre el movimiento de trabajadores para el acceso a la educación, principalmente, en la primera República y busca contribuir a los estudios relacionados con la educación anarquista, sin pretender agotar las reflexiones y el debate. Se adoptó como procedimiento metodológico la investigación documental sobre fuentes primarias y el levantamiento bibliográfico sobre el tema. El resultado del estudio demuestra que las distintas corrientes ideológicas de la época, que se disputaban la hegemonía en las organizaciones políticas de los trabajadores, estaban tan comprometidas en diversas iniciativas en la lucha por la educación formal de las categorías representadas por ellas, que la educación libertaria propuso su propio modelo, apuntando a la transformación de la sociedad capitalista.

Palabras clave: Primera República. Movimientos Obreros. Educación. libertarios. Educación anarquista

INTRODUÇÃO

As reflexões realizadas neste artigo têm como base a dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade Estadual da Bahia -UNEB e discorre sobre as contribuições dos movimentos dos trabalhadores no Brasil e na Bahia, organizados em associações de classes, para garantir a educação formal às diversas categorias profissionais por elas representadas, bem como as propostas e experiências efetivadas de cunho socialista e anarquista, correntes políticas que disputavam a hegemonia da luta dos trabalhadores no Brasil do século XIX e nas décadas iniciais do século XX.

(...) a República recebeu como herança um razoável fervor ideológico, cujas ideias de democracia, federação e educação apareceram como soluções indispensáveis no sentido de acompanhar a modernização do país. Os trabalhadores urbanos e os colonos começaram a ver na escolarização dos filhos um meio de aumentar as chances de ingresso em uma das carreiras burocráticas que a modernização da sociedade oferecia (Ghiraldelli,1987, p.15).

Na mesma direção, Souza (1992) nos diz que,

(...) nas primeiras décadas da República, a educação torna-se alvo de interesse de diferentes setores sociais. Em torno dela é produzido um imaginário que lhe atribui extremo valor social. Facções das próprias elites dirigentes utilizaram-na como instrumento de luta contra a oligarquia. O movimento operário proclamava a sua necessidade para a concretização da revolução social. Para o Estado ela significava a consolidação do novo regime. Educadores e

reformadores sociais viam nela a possibilidade para a população, um meio de ascensão social e melhoria de vida. (Souza, 1992, p.65)

Os estudos realizados apontam que, durante a Primeira República, movimentos e organizações formadas por trabalhadores no Brasil, influenciados por correntes políticas, tinham como uma das bandeiras de luta, promover a educação formal para os trabalhadores e familiares, ao tempo que, criticavam a ausência de uma política pública governamental que atingisse as parcelas da população socialmente excluídas do seu acesso.

Ao vivenciarem as transformações nas relações sociais de produção ocorridas no pós-abolição da escravização e na passagem do Império para a República, os trabalhadores definiam as pautas de lutas a depender da corrente política que influenciava cada organização criada: se socialistas, anarquistas, anarco-sindicalistas ou marxistas, a luta para assegurar a educação à categoria iria tomar concepções diferenciadas. A partir daí, definiam também as suas estratégias e modelos pedagógicos. Correntes socialistas orientavam a criação, nos sindicatos, nos centros e nas ligas operárias, de escolas para os trabalhadores e seus filhos, com ensino laico e gratuito, a ser assumido pelo Estado. A educação passaria por uma formação técnico-profissional.

Já os anarquistas divergiam das correntes socialistas e propõem um modelo de educação integral.

(...) a proposta de educação anarquista de Paul Robin sobre a educação integral, relaciona com a vida do trabalhador e a sua atividade produtiva, tendo como base as condições de trabalho da classe operária no século XIX, período este que marca a presença do movimento anarquista entre os trabalhadores, na Europa. (Moraes, 2010, p.2).

Analisando o Programa Educacional, elaborado pelo Comitê para o ensino anarquistas no ano de 1882, se apreende que ele eliminava três pontos considerados nocivos à educação: “a disciplina, os programas e as classificações. O primeiro, por isolar os alunos, torna-os mentirosos; o segundo, por anular a criatividade, a iniciativa e a responsabilidade das crianças; o último, por gerar rivalidades, invejas e rancores.” (Viana, 2008, p. 264)

A educação integral de Paul Robin e a educação racional de Ferrer y Guardia deveriam ser integrais, racionais, mistas e libertárias. Integrais por:

(...) sua concepção favorecer o desenvolvimento harmonioso de todo o indivíduo, nas dimensões física, intelectual e moral e fornece um conjunto

complexo, coerente, sintético e paralelamente progressivo em todos os domínios do conhecimento intelectual, físico, manual e profissional, sendo as crianças exercitadas nesse sentido desde os primeiros anos. (Viana, 2008, p. 264).

(...) racionais, por serem fundamentadas na razão e conforme os princípios da ciência atual, e não na fé; no desenvolvimento da dignidade e da independência pessoal, e não na piedade e na obediência: na abolição de ficção divina, causa eterna e absoluta da servidão.

(...) mistas, por favorecerem a coeducação sexual em comunhão constante, fraternal entre meninos e meninas, o que, ao invés de constituir um perigo, afasta do pensamento da criança as curiosidades malsãs e torna-se uma ocasião para sábias condições que preservem e assegurem um alta moralidade.

(...) libertárias, por consagrarem, em proveito da liberdade, o sacrifício progressivo da autoridade, uma vez que o objetivo final da educação é formar homens livres, que respeitem a liberdade alheia. (Viana, 2008, p. 265).

Ferrer y Guardía (2010) com a proposta da Escola Moderna preconiza o princípio da coeducação das classes sociais, com ensino racional e emancipador. Os pensadores das correntes de educação integral e educação racional convergem sobre a necessidade de superar a dicotomia entre a educação, voltada para o trabalho manual e o trabalho intelectual.

Sobre a educação integral e racional, ainda nos reportando aos estudos de Viana (2008, p.264) e Moraes (2010, p.2), ambas consideram que as correntes anarco-sindicalistas e anarquistas concebem a educação como elemento de transformação social, cujo pressuposto é a liberdade para se chegar à igualdade entre os homens e as mulheres. A temática da educação e emancipação dos trabalhadores foi recorrente nos discursos e posicionamentos das suas principais lideranças, quer seja nos congressos das categorias, nos partidos políticos ou mesmo nos estatutos das suas organizações representativas e cada um, dentro de seus princípios ideológicos, adotava procedimentos para promover a educação da classe trabalhadora e de seus filhos.

As divergências de concepções pedagógicas entre as organizações de trabalhadores que lutavam pela educação popular, também são registradas no pensamento ideológico e nas estratégias para chegar ao poder político da sociedade. Lideranças dos trabalhadores, saídas da experiência de escravização, buscavam na emancipação política, o exercício da cidadania, percebida como a aquisição do direito ao voto, que precedia a condição de ser alfabetizado. Para aqueles que se declaravam socialistas marxistas, a emancipação se daria à medida em que as classes sociais fossem suprimidas e os trabalhadores ocupassem o lugar de protagonistas do processo de produção.

Quanto aos libertários, seguidores da corrente anarco-sindicalistas, a emancipação se daria, via organização em sindicatos. Para os anarquistas, a emancipação se daria a partir da transformação social que levaria a uma sociedade livre e de autogestão dos indivíduos. Nesse cenário, o movimento sindical, com influência socialista, à época, em seus congressos, aprovava teses com propostas de educação formal a partir da criação de escolas para os adultos e crianças como estratégia de cidadania, focada no direito ao acesso ao voto. Inclusive por ter entre as suas lideranças, candidatos a cargos eletivos, principalmente, como Conselheiros Municipais.

As correntes anarquistas, em minoria nesses eventos, tinham dificuldades em aprovar as suas ideias, situação que foi revertida com os sucessivos embates e dissidências entre as principais linhas políticas que lideravam as organizações sindicais e os realinhamentos partidários ocorridos.

2. REVERSÃO DO CENÁRIO POLÍTICO SINDICAL E EDUCACIONAL

O Congresso Operário de 1906, realizado no Rio de Janeiro, foi o marco para que as correntes anarquistas começassem a exercer influências no movimento dos trabalhadores. Essa concepção filosófica e política esteve fortemente identificada com os primeiros imigrantes europeus a quem se deve:

(...) a introdução do “internacionalismo proletário” no Brasil. Por internacionalismo proletário entende-se as ações desenvolvidas pelos libertários que no início da República estiveram muito mais preocupados em articular os pensamentos teóricos, que pretendiam unificar a luta dos trabalhadores em todo o mundo, do que voltar sua atenção aos problemas específicos do país. (Ghiraldelli, 1987, p.100).

Posteriormente, eles perceberam a necessidade de articular os princípios teóricos com as ações práticas e, assim como os socialistas, os libertários passaram a se defrontar com as dificuldades existentes no país, principalmente, as dificuldades relativas ao analfabetismo da população. Essa questão era identificada como um obstáculo ao avanço das ideias anarquistas. A imprensa operária anarco-sindicalista registrava preocupação com este cenário, haja vista, reconhecer o distanciamento de formação política estabelecida entre as lideranças e a base do movimento.

(...) as concepções pedagógicas anarquistas, constam em primeiro lugar do Programa de Ensino Integral que foi elaborado por Paul Robin e apresentado nos Congressos da Internacional de Trabalhadores em Lausene no ano de 1867 e em Bruxelas, no ano seguinte (1868). Posteriormente, foi incorporado ao

Programa Educacional do Comitê para o Ensino Anarquista de 1882, após o encerramento da Internacional de 1876. (Moraes, 2010, p.1).

Afirma ainda a autora que “apesar dos conflitos baseados nas correntes políticas, a educação integral e igualitária foi assumida consensualmente como exigência prioritária pela primeira Internacional, por Bakunin e Marx e pelas tendências que ambos representavam”. (Moraes, 2010, p. 1).

Pelas reflexões realizadas a partir dos autores pesquisados, percebe-se que a importância da educação está relacionada com o modo de vida e de trabalho, numa perspectiva de analisar a (re)produção social como estratégia de transformação da sociedade capitalista. A bandeira da instrução passou a ser uma meta do movimento operário libertário que, ao contrário das ideias iluministas que viam na educação a resolução para todos os problemas sociais, os libertários passaram a lutar pela educação como forma de romper com o regime político econômico vigente no país, tendo como objetivo a transformação social que levaria a uma sociedade sem classes e com autonomia dos indivíduos. A luta dos trabalhadores anarquistas passava pela construção de uma sociedade independente do Estado e da Igreja, considerados aliados na submissão e exploração das camadas populares, sendo necessária uma educação livre de crenças e das ideias positivistas de inserção no modelo societário estabelecido.

Baseado em concepções científicas, o movimento anarquista se posiciona de modo desfavorável à escola gratuita, mantida pelo Estado, voltada para crianças pobres, por disponibilizar apenas o ensino primário básico, sendo que as escolas para as crianças ricas, o ensino superior sofisticado. Assim, a escola para pobres, só fortalece a submissão e o comportamento de rebeldia, como as escolas antigas. Enquanto a escola para ricos, só reforça o lugar de privilégio, do aproveitamento e das vantagens.

A emancipação, para os libertários, apoiados nos estudos de Ferrer y Guardia (apud Moraes 2010, p.3), “ocorreria à medida que o trabalhador tivesse acesso aos conhecimentos científicos para que a sua inteligência fosse capaz de se emancipar e formar racionalmente convicções próprias”. As reflexões de Adorno (2006 p.183), no livro *Educação e Emancipação*, no diálogo que estabelece com Hellmut Becker, tendo como objeto de análise a educação tríplice praticada na Alemanha, traz um conceito de emancipação que “pressupõe a autonomia das pessoas em dirigirem todas as suas energias para que a educação seja uma educação para a contradição, para a resistência”. Esse

posicionamento se aproxima do que preconizava Ferrer e Guardía (2010) quando analisando a escola da Espanha diz:

(...) a escola existente doma, domestica a criança seguindo as leis e dogmas sociais. A escola adapta o indivíduo a sociedade. A escola racional quer homens capazes de evoluir constantemente, capazes de renovar os meios e a si mesmo, de se contrapor, homens cuja independência intelectual seja força suprema disposta sempre a aceitar o melhor, desejoso de fazer triunfar novas ideias e aspirem múltiplas vidas em uma só. (Ferrer y Guardia, 2010, p.28).

O princípio da coeducação defendia a presença de alunos de todas as classes sociais reunidos em uma classe única, adotando um sistema de retribuição de acordo com a situação dos pais ou responsáveis, não tendo um tipo único de acesso a matrícula, mas praticando uma espécie de nivelamento, que vai desde a gratuidade até às mensalidades mínimas, às mensalidades medianas e às máximas.

(...) a proposta da escola moderna é uma educação de pobres e ricos a partir do contato e da relação de um com o outro, por meio de uma sistemática igualdade da escola racional. As correntes anarquistas posicionavam-se ainda pelo ensino separado da Igreja e do Estado, por defender uma educação racional e emancipadora. (Ferrer Y Guardia, 2010, p.15).

A defesa da educação pelos libertários passou a ser um ponto fundamental na luta do movimento através dos posicionamentos de suas principais lideranças; da imprensa operária quando jornais, dentre eles, *Folha do Povo*, responsabilizavam a falta de instrução como causa da fraca participação dos trabalhadores nas lutas sociais, através de artigos escritos pelo professor João Penteado, militante do Movimento Operário.

Outros jornais, como o *Baluart*, órgão oficial da *Associação dos Chapeleiros do Rio de Janeiro*, o jornal *Amigo do Povo e a Voz do Trabalhador*, seguiram na mesma direção e denunciavam a condição de analfabetismo, apresentada pela maioria dos trabalhadores e, por consequência, o distanciamento existente entre eles e as lideranças do movimento.

A postura era de crítica à educação promovida pelo Estado, já que se posicionavam radicalmente contra o ensino religioso da igreja católica, praticado nas escolas, inclusive, nas que eram gestadas pelas organizações de trabalhadores socialistas. “Fato este, confirmado através de pesquisas realizadas que constataram, dentre as disciplinas curriculares, as aulas de religião, ministradas por padres católicos, nas escolas do Centro Operário da Bahia.” (Oliveira 2011, p.64).

Os libertários reafirmavam que a educação baseada no ensino racional e científico, que interessava a classe trabalhadora, deveria ser ministrada independente do Estado e da Igreja Católica. Ao criticar a educação ofertada na escola pública e o ensino religioso, argumentavam não ser a educação que interessaria para a emancipação dos trabalhadores, considerando que ambas estavam impregnadas de ideologia das classes dominantes e fundamentadas em crenças e em valores místicos, argumentavam também que, mesmo nessa educação, o tratamento que o Estado dava às camadas populares era de omissão. Inicialmente, a postura do movimento anarquista no Brasil consistiu-se, principalmente, em combater o ensino ministrado pelo Estado, sem oferecer alguma ação concreta que colocasse em prática as ideias libertárias em termos de educação.

Aqui no Brasil foram as mulheres anarquistas que tiveram um papel fundamental ao denunciar o caráter ideológico da educação burguesa.

(...) reunidas no Grupo Emancipação Feminista, começaram a analisar o trabalho do professor enquanto mero transmissor de conhecimentos de interesse das classes dominantes. Com isso, tentavam influenciar as mães das camadas populares a não matricularem seus filhos nas escolas mantidas pelo Estado, por não serem consideradas as mais adequadas para a educação das crianças. As mães que seguiram essa orientação, logo depois, começaram a questionar essa posição, pois os anarquistas não ofereciam alternativa de escolas que pudessem matricular seus filhos. (Ghiraldelli, 1987, p.109).

Os princípios da educação libertária estiveram fundamentados no ensino científico e racional, sem separação dos alunos por sexos ou por classe social, não admitindo também os exames e as classificações, nem os prêmios e castigos.

(...) essa concepção pedagógica estava baseada nas proposições de Francisco Ferrer y Guardía, de origem espanhola, que após exílio na França por problemas políticos, fundou em 1908 a Liga Internacional para a Educação Racionalista da Criança, apoiado por intelectuais que queriam desenvolver obras educacionais, sem interferência religiosa e seguindo as ideias de Pestalozzi e as realizações de Robin e Elisée Reclus. (Ghiraldelli, 1987, p.112)

Os pensadores da pedagogia libertária, Paul Robin no século XIX, Francisco Ferrer e Adolfo Lima² apresentam conceitos diferenciados em relação a Educação, enquanto Robin concebia o trabalho como um princípio educativo, propondo uma estreita relação entre trabalho e educação, Ferrer y Guardía defendia a Educação como um instrumento de transformação social, tendo como pressuposto a liberdade. “Dessa maneira, deveria superar a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual,

² Segundo informa Carmen Sylvia Vidigal de Moraes, Adolfo Lima foi um pedagogo português, anarquista, pouco estudado. Foi dirigente da Escola Oficina em Lisboa.

expressado nas diferenças entre o que é ensinado as classes dominantes e ao proletariado.” (Moraes, 2010, p.2).

Os libertários do século XX inspirados por Ferrer y Guardía se colocavam fortemente contra o tipo de aprendizagem voltada para o trabalho, cujo único objetivo era formar mão de obra. Percebe-se que a partir dessas concepções de educação diferenciadas, as lideranças operárias, sejam socialistas, anarquistas ou comunistas, definem estratégias de atuação diferenciadas para a execução de suas propostas. Os resultados da pesquisa realizada apontaram que os socialistas defendiam o ensino técnico-profissional e público, assumido pelo Estado e os comunistas optaram pela educação política partidária.

Francisco Ferrer y Guardía, quando do seu retorno à Espanha, em 1909, foi preso sob a acusação de envolvimento na revolta popular contra a guerra da Espanha com o Marrocos, sendo posteriormente julgado e fuzilado. A notícia do seu falecimento impulsiona o surgimento de várias escolas em diversas partes do mundo e aqui no Brasil, a partir de 1910 começaram algumas experiências localizadas em que escolas foram criadas por militantes libertários que procuravam relacionar a educação com a revolução social (Ghiraldelli, 1987 p.4).

A proposta de educação das escolas racionalistas apontava para um ensino integral, com aulas mistas nas quais meninos e meninas pudessem conviver respeitando-se mutuamente. As atividades seriam desenvolvidas dentro e fora do espaço da escola, onde os alunos poderiam ter aulas ao ar livre para que entrassem em contato com a natureza e o cotidiano das cidades. No convívio com a realidade cotidiana, aprenderiam geografia, ciências biológicas e outras. Não deveria ter nem prêmio nem castigos, nem levar os alunos aos constrangimentos de serem submetidos a exames para avançar de ano no estudo.

3 DO PLANO DAS IDEIAS PARA A SUA EXECUÇÃO NA PRÁTICA

O fuzilamento de Francisco Ferrer na Espanha, em 1909, provocou intensa reação e mobilização e, no calor dos embates, formou-se a *Comissão Pró Escola Moderna* que, entre 1909 e 1912, procurou criar condições necessárias ao desenvolvimento do ensino libertário em São Paulo. (MORAES, 2010, p.3).

Em alguns estados brasileiros começaram a surgir escolas com base no ensino racionalista. Em Campinas, a *Escola Social*, do militante libertário Adelino Pinho; a *Escola de Água Branca*, dos operários vidreiros no Rio de Janeiro; a *Escola Popular*, no Pará, no início dos anos 1920; a *Escola Moderna*, do operário João Plácido. Em São Paulo, a *Escola Moderna nº 1*, do dirigente anarquista João Penteado, criada em 1912 e a *Escola Moderna nº 2*, de Adelino Pinho, sobreviveram entre repressões políticas, movimentos grevistas e desemprego dos operários, contando com a contribuição financeira composta pelas mensalidades dos alunos, listas de subscrição, assinada por trabalhadores e simpatizantes e, outras modalidades de captação de recursos, como a promoção de recitais de poesias, bailes e festividades abertos ao público.

A *Escola Moderna*, de João Penteado, divulga no Jornal *A Plebe*, de 1917 que a instituição pretendia proporcionar:

(...) ensino teórico e prático, segundo os métodos da pedagogia moderna, com os quais se ministra aos alunos uma instrução que os habilita para o início das atividades intelectuais e profissionais, assim como uma educação moral baseada no racionalismo científico. (Moraes, 2010, p.7).

Constando do programa curricular, as seguintes disciplinas: português, aritmética, geografia, história, desenho, caligrafia e préstimos. Dentre as atividades realizadas pela *Escola Moderna*, a criação do jornal *O Início*, elaborado pelos alunos, no qual fazia circular as notícias sobre o funcionamento da escola, as prestações de contas e as atividades pedagógicas desenvolvidas, que incluíam aulas ao ar livre para contato com a natureza e promover, através de excursões, vivências com situações da vida na cidade. Devido à problemas financeiros, posteriormente, o jornal *O Início* teve a sua publicação interrompida. O Jornal *A Plebe* se reporta à edição do jornal *O Início*, de número 3, de dezenove de agosto do ano de 1916 sobre o funcionamento das aulas preparatórias para artífices e as aulas de música, como uma prática que já vinha sendo realizada em anos anteriores.

Nos anos seguintes, 1918 e 1919, o *Boletim da Escola Moderna* faz menção à oferta de aulas especiais, no turno noturno para os cursos de datilografia, português e aritmética, certamente, voltada para a mão de obra de trabalhadores adultos. Em 1919, a Diretoria da Instrução Pública fecha a *Escola Moderna* e o seu diretor, João Penteado, vai dirigir outra instituição, a *Escola Nova*, que funciona matriculando alunos para o curso comercial em regime de internato e externato com cursos primário e médio. Em relação

ao programa curricular do curso comercial, as disciplinas ministradas eram: português, inglês, francês, aritmética, álgebra, contabilidade, escrituração mercantil e noções de direito.

Refletindo sobre essa nova proposta de escola, percebe-se que ela se apresenta afastada das ideias libertárias e o conteúdo programático, no nosso entendimento, estava mais compatível com as transformações que foram ocorrendo no país, principalmente, nos anos vinte, cujo mercado de trabalho exigia um novo perfil profissional, voltado para as áreas comerciais e administrativas.

A essas iniciativas citadas para organização dos trabalhadores na luta contra o Estado burguês, outras foram criadas, sob inspiração dos movimentos anarquistas, como: a *Universidade Popular*, *Centro de Estudos Sociais*, *Teatro Operário*, *Saraus* e atividades relacionadas ao lazer, como estratégias para instrução e acesso à educação, considerada não formal. Sobre a *Universidade Popular*,

(...) fundada no Rio de Janeiro no ano de 1904 e que as suas atividades pautavam-se no acesso a biblioteca e a realização de cursos sob a forma de palestras autônomas, de modo que a falta em uma palestra, não comprometia o acompanhamento do assunto. A semana de atividades na Universidade Popular compreendia na quarta-feira, curso de Filosofia com Dr. Pedro Couto; na quinta-feira, curso de Higiene com o Dr. Fábio Luz; sexta-feira curso de História Natural com Platão de Albuquerque; no sábado curso de História das Civilizações com Dr. Rocha Pombo e curso de Geografia com Pereira da Silva. (Ghiraldelli, 2010, p.34).

Os estudos realizados apontaram para uma curta duração da *Universidade Popular* e, como a principal dificuldade, a distância entre a erudição dos mestres com a realidade cultural dos alunos, além da falta de recursos financeiros, visto que a *Universidade Popular* era mantida pelos sócios.

Os *Centros de Estudos Sociais* que foram organizados visavam reunir trabalhadores, geralmente, à noite, para discussão e leitura de obras libertárias, nas quais, através do ensino mútuo, a educação libertária era realizada pela troca de experiência entre os trabalhadores imigrantes, principalmente, que educavam os operários mais inexperientes nas ideias anarquistas.

(...) a criação desses Centros não pode ser creditada exclusivamente às iniciativas operárias, visto que as camadas médias da população, intelectuais e profissionais liberais, também estiveram no movimento anarquista disseminando ideias positivistas e evolucionistas. Mas, a influência dos imigrantes era fundamental para a fundação dos Centros. (Ghiraldelli 2010, p.34).

Em decorrência das dificuldades financeiras para a manutenção das escolas, a instabilidade política no Brasil e, como consequência da *1ª Guerra Mundial* (1914 a 1918), as experiências de escolas com influência do movimento anarquista, foram desaparecendo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estudo sobre o movimento dos trabalhadores na luta por uma educação popular voltada para uma formação emancipatória, seja baseada nas correntes socialista e/ou anarquistas, apresenta proposições na perspectiva de afirmação da classe social que representavam. Refletindo sobre as mesmas, percebe-se que as correntes anarquistas, avançaram muito mais nessa direção, não só ao proporem conteúdos pedagógicos e curriculares fora da proposta da educação pública governamental, como colocá-los em prática a partir da criação de *Escolas Modernas*, voltadas para a escolarização dos trabalhadores, dos filhos e filhas, além de outras iniciativas de educação não formal, para a formação de quadros militantes, tentando aproximá-los da elite dirigente das suas organizações representativas, no que diz respeito a apreensão da realidade da classe trabalhadora, bem como disseminar as bases ideológicas para a atuação política, visando a transformação da sociedade capitalista.

Quanto às escolas formais que foram criadas, existiu a preocupação em integrar o fazer (atividade manual) e o pensar sobre (atividade intelectual). A manutenção financeira das escolas por adesões e contribuições de militantes, seja nos pagamentos das mensalidades dos que tinham as devidas condições financeiras, bem como em apoio de simpatizantes democratas e até de liberais, o que nos lembra que isso consistia em uma prática do movimento dos trabalhadores brasileiros, independentemente da sua filiação partidária, por se caracterizar em um compromisso de classe para superar a barreira do analfabetismo, decorrente da falta de acesso a um ensino público e gratuito.

As iniciativas das *Universidades Populares*, os jornais operários e as edições de jornais produzidos pelo alunado das escolas racionais e modernas, os saraus, as apresentações musicais e teatrais, certamente, contribuíram para a formação integral dos trabalhadores, para uma leitura da realidade socioeconômica com a qual conviviam, a sua

inserção no mundo do trabalho e as diversas desigualdades decorrentes, além de elevar a consciência de pertencimento a uma determinada classe social: a classe trabalhadora.

Importante ressaltar o pioneirismo da educação anarquista em criar salas mistas, com meninos e meninas, visto que a inserção das meninas nas escolas criadas pelo movimento dos trabalhadores socialistas, de acordo com a pesquisa realizada, ocorreu, gradualmente, e, posteriormente, à criação de salas de aula para o sexo masculino e ainda assim, não possibilitava a convivência, por se manterem separadas pela condição de sexo. Ressalta-se ainda, o protagonismo das mulheres anarquistas na luta para assegurar o acesso à educação para os seus filhos e filhas, compatíveis com os ideais defendidos pelos libertários.

As transformações econômicas, ocasionadas pelo capitalismo tardio, os impactos decorrentes da transformação do modo de produção e da mão de obra para o mercado, a perseguição política ideológica aos dirigentes anarquistas, com cassações de direitos políticos e prisões, aliado ao início do processo de regulamentação do ensino com a criação da *Diretoria de Ensino Público*, cujas escolas tiveram que se adequar, foram elementos que nos sugerem que contribuíram para o refluxo das iniciativas educativas dos trabalhadores e das correntes anarquistas.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Tradução Wolfgang Leo Maar. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 169 -185.

ALMEIDA, José Ricardo Pires. **Instrução Pública no Brasil (1500 – 1889): História e Legislação**. 2 ed. Tradução Antônio Chizzotti. São Paulo: EDUC, 2000.

BATISTA, Carlos José Baqueiro. **Ensaio Sobre Movimento Operário na Bahia na República Velha**. Julho, 1996. Disponível em: <<http://www.brasile scola.com>> Acesso em 08 de janeiro de 2011.

BUFFA, Arroyo; NOSELLA, Paulo. **Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CARONE, Edgar. **A República no Brasil: 1889 a 1930**. 2 ed. São Paulo: Difusão Européia de Livros, 1973.

FERREIRA, Valdelice Borghi. **As Organizações Operárias e a Demanda por Educação 1889 a 1920**. CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6, 2006, Uberlândia. **Anais eletrônicos ...** Uberlândia: UFU, 2006. Disponível em: <www.faced.ufu.br/columhe06/anais/.../274ValdeliceBorghiFerreira>. Acesso em: 08 nov. 2009.

FERRER y GUARDIA. Francisco. **La Escuela Moderna**. In: www.antorcha.net/biblioteca_virtual/pedagogia/escuelamoderna/indice.html. Acesso em: 07 jun. 2010.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **Educação e Movimento Operário**. São Paulo: Editora Cortez, 1987.

_____. Movimento Operário e a Educação Popular na Primeira República. **Cadernos de pesquisa On line**, São Paulo, ano 3, n. 57, maio 1986. p.30-38. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n57/n57a03.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2010.

LUZ, José Augusto e Silva, Carlos José. (Orgs.). **História da Educação na Bahia**, Salvador: Arcádia, 2008.

_____. O Pós-Abolição Uma Lição de Liberdade. **Sementes: Caderno de Pesquisa**, Salvador, v. 2, n.3/4, p. 98-113, jan/dez. 2001.

_____. A República e a Educação: Analfabetismo e Exclusão. In: **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 12, n. 19, p. 19-40, jan./jul. 2003.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. **O Ensino Libertário e a Relação Trabalho e Educação**: algumas reflexões. Reunião anual da ANPED, 33, 2010. **Anais...** Caxambú, Minas Gerais, 2008.

OLIVEIRA, Maristela Gomes de. **O Movimento dos Trabalhadores e a Educação na Bahia**: Estudo sobre o Centro Operário da Bahia. 1894 a 1920. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade Estadual da Bahia –UNEB,2011.

RODRIGUES, Edgar. **Pequena História da Imprensa Social no Brasil**. Florianópolis: Editora Insular, 1997. Disponível em: <<http://www.moreira.pro.br/histimprensasoc.htm>>. Acesso em: 08 set. 2009.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República**. Uma Política de Acomodação. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1975.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. **A República do Povo: Sobrevivência e Tensão**. Salvador: EDUFBA, 2001.

SAVIANNI, Dermeval. As Concepções Pedagógicas na História da Educação Brasileira. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANNI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. Navegando pela História da Educação Brasileira. Campinas, SP: Graf. FE: HISTEDBR, 2006.

SILVA, Jorge E. **O Nascimento da Organização Sindical no Brasil e as primeiras Lutas Operárias (1890 – 1935)**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.

SOUZA, Rosa Fátima. Demandas Populares pela Educação na primeira república: aspectos da Modernidade Brasileira. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, ano 6, n.12, p. 63-70, jan./dez., 1992. Disponível em: <www.eer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/viewFile/1136/10>. Acesso em: 10 nov. 2009

VIANNA, Marli de Almeida Gomes. A Preocupação do Movimento Operário com a Educação. In: **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, n.1, p.253-272, jan/jun. 2008. Disponível em: <http// www.perspectiva.ufsc.br>. Acesso em: 28 maio 2009.